

**AgRg na PET no AgRg no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.331.929 -  
SP (2018/0181145-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**AGRAVADO : PIETRO CARMELO BLANDO**  
**ADVOGADOS : ACÁCIO MARCEL MARÇAL SARDA E OUTRO(S) -**  
**SC012103**  
**RAFAEL DE ASSIS HORN - SC012003**

**EMENTA**

AGRAVO REGIMENTAL. RECONSIDERAÇÃO.  
RECURSO EXTRAORDINÁRIO. MATÉRIA  
CONSTITUCIONAL SURGIDA NO JULGAMENTO EM  
SEGUNDO GRAU. PRECLUSÃO DA QUESTÃO  
CONSTITUCIONAL. RECURSO NÃO ADMITIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de agravo regimental, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO  
FEDERAL, contra decisão que extinguiu a punibilidade do acusado, sintetizada nos  
seguintes termos:

PETIÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.  
PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. OCORRÊNCIA.  
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA. (fls. 751/

Alega a parte agravante, às fls. 755/763, que o acórdão que confirma a  
condenação também seria marco prescricional, de modo que, por essa razão, não teria  
havido o implemento do lapso temporal necessário ao reconhecimento da benesse.

As contrarrazões foram apresentadas às fls. 765/766.

É o relatório.

Inicialmente reconsidero a decisão agravada para acolher as razões  
expostas pelo MPF, notadamente diante da divergência jurisprudencial entre o  
posicionamento adotado pelo STJ e pelo STF quanto ao tema.

Além disso, tem-se que a competência da Vice-Presidência se resume à  
análise da admissibilidade dos RE's, não lhe cabendo adentrar em juízo de mérito da  
demanda, seara onde reside a prescrição.

E assim, passo a analisar as razões do recurso extraordinário. E ao fazê-lo,  
observo que o recurso extraordinário não comporta admissão.

Da análise dos autos, verifica-se que o acórdão objurgado, ao manter a  
decisão que conheceu do agravo para negar provimento ao recurso especial, por estar o  
acórdão do Tribunal *a quo* no mesmo sentido em que se firmou a jurisprudência do  
Superior Tribunal de Justiça, manteve **incólume** a decisão proferida pelo Tribunal de  
origem.

Nesse descortino, a questão constitucional aventada no apelo extremo teria  
surgido não a partir da decisão proferida no recurso especial, mas na prolação do acórdão

pelo Tribunal de origem, abrindo-se, naquela oportunidade, a via para a interposição do recurso extraordinário.

Assim, à minguada da interposição do apelo extremo concomitantemente ao recurso especial, tem-se que houve preclusão da questão constitucional não surgida no Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido, cumpre trazer à baila os seguintes julgados da Corte Suprema:

EMENTA: DIREITO PENAL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM FACE DO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU. PRECLUSÃO DA QUESTÃO CONSTITUCIONAL. CONTROVÉRSIA DECIDIDA COM BASE NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL PERTINENTE E NO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. SÚMULA 279/STF. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ART. 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO.

**1. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que “é inadmissível o recurso extraordinário, uma vez que a questão objeto do apelo extremo já teria surgido no julgamento da apelação e a parte Agravante não interpôs recurso extraordinário simultaneamente ao especial, o que acarreta a preclusão da discussão sob o ângulo constitucional” (ARE 897.846-AgR, Rel. Min. Edson Fachin).**

2. A parte recorrente se limita a postular a análise da legislação infraconstitucional pertinente e uma nova apreciação dos fatos e do material probatório constante dos autos, o que não é possível nesta fase processual. Nessas condições, a hipótese atrai a incidência da Súmula 279/STF.

3. Esta Corte tem entendimento no sentido de que as decisões judiciais não precisam ser necessariamente analíticas, bastando que contenham fundamentos suficientes para justificar suas conclusões (AI 791.292-QO-RG, Rel. Min. Gilmar Mendes). Na hipótese, a decisão está devidamente fundamentada, embora em sentido contrário aos interesses da parte agravante.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (ARE 1.064.468 AgR, Relator: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 27/10/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-258 DIVULG 13-11-2017 PUBLIC 14-11-2017)

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL. QUESTÃO CONSTITUCIONAL SURGIDA NO TRIBUNAL LOCAL. PRECLUSÃO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO APENAS NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

**I - A violação constitucional ocorrida no julgamento efetuado pelo tribunal local deve ser impugnada mediante recurso extraordinário interposto simultaneamente ao recurso especial, sob pena de preclusão.**

**II - É inadmissível o recurso extraordinário interposto em face**

**de acórdão do Superior Tribunal de Justiça – STJ quando a questão constitucional haja surgido no julgamento do acórdão de segundo grau, e não do próprio STJ. Precedentes.**

III - Agravo regimental a que se nega provimento. (ARE 1.141.132 AgR, Relator(a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 24/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-181 DIVULG 31-08-2018 PUBLIC 03-09-2018)

Dessarte, é inadmissível o recurso extraordinário interposto perante o Superior Tribunal de Justiça quando a questão constitucional surgiu no julgamento realizado pelo Tribunal de origem e não houve a interposição, naquele momento, de recurso extraordinário.

Ante o exposto, reconsidero a decisão de fls. 751/752, e , nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente